

# EDITORIAL

O Programa Cultura Viva completa 20 anos em 2024. Já a Política Nacional de Cultura Viva celebra 10 anos repletos de desafios e perspectivas de aprofundamento e ampliação, especialmente com os recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) que a ela serão destinados.

A Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), instituída pela Lei nº 13.018/2014 a partir do Programa criado em 2004, permite que sejam reconhecidos e certificados como Pontos e Pontões de Cultura os grupos, coletivos e entidades culturais sem fins lucrativos da sociedade civil, que preservam e promovem as expressões da diversidade cultural brasileira, em toda a sua pluralidade. Essa valorização do trabalho essencial dos fazedores de cultura de todo o país, ampliou a compreensão sobre os direitos culturais e tornou o Programa – e, em seguida, a Política – uma referência internacional, que inspirou sua implementação em muitos países. A participação e o engajamento dos Pontos e Pontões de Cultura nas realidades socioculturais e nas lutas de base territoriais e comunitárias, em especial nos territórios com mais vulnerabilidades, pode ser a chave para compreender sua sobrevivência durante os anos em que não houve nenhum tipo de fomento por parte do governo brasileiro.

Em 2023, com a recriação do Ministério da Cultura, a Política Nacional de Cultura Viva foi retomada e festejada como a política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC), e articulada a outras políticas públicas nas áreas da educação, saúde, direitos humanos, assistência social, segurança, desenvolvimento rural, meio ambiente etc. Neste movimento de retomada, duas prioridades alimentam o processo. A consolidação dos Pontos de Cultura existentes há duas décadas e que resistiram bravamente aos difíceis tempos de ausência de fomento, e a expansão da certificação na perspectiva de ganho de escala para proporcionar uma maior capilaridade pelos distintos territórios do país. O Cultura Viva, graças aos recursos da Política Nacional Aldir Blanc, é uma das prioridades da política cultural no Brasil.

Organizamos este número da revista em duas partes, com textos enviados por gestores e pesquisadores(as) engajados historicamente com a diversidade cultural e os direitos à cultura.

Na primeira parte, apresentamos os textos que abordam a trajetória e o protagonismo do Programa Cultura Viva como política cultural de base comunitária.

Márcia Rollemberg, assistente social e arte educadora pela UnB e atual Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura do Brasil, reflete em seu texto “Cultura Viva: 20 anos de uma trajetória com desafios e conquistas” sobre a trajetória da Cultura Viva por meio de quatro dimensões de sua existência: poética, estética, métrica e ética.

O texto “Cultura Viva Comunitária e Políticas Culturais emancipatórias na América Latina”, de Alexandre Santini, Mestre em Cultura e Territorialidades pela UFF e Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/MinC), a partir da análise da construção histórica da PNCV, apresenta uma discussão sobre as relações entre Estado, Cultura e Sociedade.

O filósofo e gestor cultural Franklim Drumond de Almeida, analisa no texto “Um cafuné no Brasil: a Política Nacional de Cultura Viva”, a abrangência de princípios e o alcance territorial e temático da PNCV, e propõe que a consideremos, a partir da experiência da Rede Mineira de Pontos de Cultura e, inspirado em Câmara Cascudo, como um cafuné no Brasil.

Aline Cantia, narradora de histórias, Mestre em Estudos Literários pela UFMG e Doutora em Educação Popular e Práticas do Cotidiano pela UFF, presidente do Instituto Cultural AbraPalavra, Pontão Nacional de Livro, Leitura e Literatura, e da ELENA (Escola Livre de Estudos da Narração Artística), em sua entrevista, tece interessantes considerações sobre a importância da Cultura Viva na história contemporânea do Brasil e os atuais desafios que tanto a PNCV quanto os Pontos de Cultura enfrentam na atualidade.

O texto “O acontecimento da/na cultura digital: os 20 anos do PCV e os efeitos de sentido”, de Paula Daniele Pavan, Doutora e Mestre em Letras pela UFRGS, pesquisadora e professora da UNIPAMPA, a partir dos pressupostos da Análise Materialista do Discurso, aborda o acontecimento enunciativo da/na cultura na gestão do ex-ministro Gilberto Gil e busca trabalhar o acontecimento da/na cultura digital através da instituição do Programa Cultura Viva no Ministério da Cultura.

Encerra essa primeira parte o documento intitulado “Pacto pela gestão compartilhada da Política Nacional de Cultura Viva”, produzido por técnicos e gestores do Ministério da Cultura, integrantes da Rede de Pontos e Pontões de Cultura, representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), gestores e gestoras da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), municipais, estaduais e distrital, representantes de universidades e instituições culturais, e demais agentes da PNCV que estiveram reunidos no Encontro Nacional Cultura Viva 20 anos, realizado em Salvador durante os dias 3 a 6 de julho de 2024.

A segunda parte da revista apresenta relatos e análises de experiências, bem como os desafios vividos pelos Pontos de Cultura.

Cláudia Houara, Gestora Cultural com Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Cultural (IHAC-UFBA, 2014), no trabalho intitulado “A estadualização do Programa Cultura Viva em Minas Gerais: uma retrospectiva necessária”, apresenta o processo de estadualização do Programa em Minas Gerais, no período compreendido entre 2007 e 2014, e atualiza as informações até a atualidade.

Em “Cultura Viva das Gerais: a experiência democrática que consolidou a política municipal para Pontos de Cultura em Belo Horizonte e alguns de seus desdobramentos”, de autoria de Michelle Cristina Alves Silva, Doutora em Ciências da Integração na USP, e de Gustavo Bones, pós-Graduando em Políticas Culturais de Base Comunitária na FLACSO, apresenta um relato do processo de criação e consolidação da Política Municipal de Cultura Viva em Belo Horizonte, a partir da atuação do mandato parlamentar de uma vereadora (fundadora de um Ponto de Cultura), em diálogo com a rede local de iniciativas socioculturais.

Joelma Cristina Silva Moreira Stella, Doutoranda no Programa Multidisciplinar de Cultura e Sociedade IHAC/UFBA, e Ricardo Silva Araújo, Mestrando no Programa Multidisciplinar de Cultura e Sociedade IHAC/UFBA, apresentam um relato de experiência no texto “Programa Cultura Viva - avanços e limitações no diálogo com as comunidades” e analisam o diálogo entre agentes culturais e o Ministério da Cultura, a partir do processo de cadastro, no programa Cultura Viva, do Ponto de Cultura Casa Candeeiro do Oeste e da sua participação no edital Prêmio Sérgio Mamberti.

O relato de pesquisa “Cultura Viva: da Resistência Cultural à Transformação Comunitária – Jornada do Sarau na Quebrada”, do produtor e gestor cultural Neri Silvestre, também apresenta um interessante relato de experiência na cidade de Santo André (SP).

Em “Breve histórico do Programa Cultura Viva e as experiências do Ponto de Cultura Movimento Condor Nordestino em Cordeiros/BA”, Alyson Cavalcanti de Oliveira Damasceno, Bacharel em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas pela UFRB e Presidente do Conselho de Política Cultural de Cordeiros/BA, e Yan Roberto Santos de Oliveira Graduando em Licenciatura em História pela UESB e Diretor do Museu Professora Noêmia Lourenço da Silva, apresentam as experiências vivenciadas no Ponto de Cultura, buscando discorrer sobre a atuação do Movimento no sudoeste do estado da Bahia.

Esperamos que esta publicação, além de se somar aos vários outros acontecimentos festivos sobre os 20 anos de Cultura Viva, contribua para a construção da memória e da visão crítica sobre os caminhos dessa importante política pública.

**Neste ano, em que o ODC foi certificado como Ponto de Cultura,** esperamos que esta publicação, além de se somar aos vários outros acontecimentos festivos sobre os 20 anos de Cultura Viva, contribua para a construção da memória e da visão crítica sobre os caminhos dessa importante política pública.

Boa leitura!

**Equipe Editorial**